

PIERRE BOURDIEU E O PODER SIMBÓLICO

PARTE I: OS PASSOS TEÓRICOS DA SOCIOLOGIA CRÍTICA

Prof. Ms Marcos Faccioli Gabriel
Professor do Departamento de Planejamento,
Urbanismo e Ambiente da Faculdade de

Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de
Presidente Prudente.
mubr@uol.com.br.com

Resumo

Pierre Bourdieu construiu sua sociologia ao pôr em questão o estatuto científico da ciência social, o qual oscila entre a aparência do que se põe como “dado”, como no positivismo, e a teoria marxista do “reflexo” que punha a ideologia, ou poder simbólico, sob a determinação dos interesses materiais das classes sem esclarecer como isto se dava na mecânica molecular dos operadores práticos, ou seja, por uma obscura ação à distância. Superar estes hiatos requereu que o autor empreendesse uma reforma do conceito sociológico, deixando o conceito substancialista, ou por abstração, e passando ao conceito funcional. Assim, a sociologia pode incorporar a posição científica propriamente da dúvida radical que põe fora de vigência o “dado”; doravante, problemas e conceitos sociológicos deveriam ser construídos. Surge, desse modo, o conceito de poder simbólico construído funcionalmente e os conceitos correlatos de campo, habitus e uma noção flexível, nuançada e derivada funcionalmente a partir da economia, de capital simbólico, pela qual a estrutura dos campos é homóloga à hierarquia social econômica, mas se legitima de modo autônomo e se impõe por critérios de competência e credenciais com um mínimo dispêndio de energia ou de violência explícita, reproduzindo princípios de classificação ou operando a afirmação cognitiva de relações de força necessárias à reprodução social.

Palavras-chave: *poder simbólico, campo, habitus, capital simbólico, ideologia.*

Abstract

Pierre Bourdieu developed his own sociology out of checking the scientific status of social theory which he deemed to swing in between the extremes of positivistic clinging to what is merely given and apparent and Marxist theory of reflex by way of which superstructures and representations were determined by the economic understructure of class interests as if through a ghostly action at a distance, to the effect that the way it worked through the molecular mechanics of practical operators remained obscure. To bridge these gaps the author had to carry out a thorough reformation of the social concept to leave behind the traditional concept by way of abstraction, a tributary to the Aristotelian conception of substance, in favor of a functional mode of concept-

making, which enabled him to drive sociological enquiry closer to the modes of modern science and to the radical doubt that casts the merely given out of bearing. Henceforth sociological problems would have to be built the ground up within the bounds of relational concepts. The concept of symbolic power, as well as the related ones of social field and habitus are the outcome of functional concept-making, just as much a richer and differentiated concept of symbolic capital appears by virtue of which the structure of social fields becomes analogous to social-economic hierarchy whose modes of legitimacy however rely on competence and credentials, that is to say, as to assert itself with the least expenditure of explicit force. Thus symbolic capital reproduces principles of classification in such a way as to make up cognitive assertion of power relationships which are necessary to social reproduction within the framework of a determined social formation.

Keywords: *symbolic power, social field, habitus, symbolic capital, ideology.*

Resumen

Além do resumo em português, solicita-se que seja enviado um resumo em inglês ou em espanhol.

Palabras clave: *ejemplo 1; ejemplo 2; ejemplo 3; ejemplo 4; ejemplo 5.*

Introdução

O sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), aliás filósofo de formação, é considerado por muitos o maior sociólogo da segunda metade do séc. XX. É um dos autores mais lidos em todo o mundo nos vários campos conexos à sociologia, tendo realizado investigação e crítica sociológica sobre temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, lingüística e política. Em seus mais de 40 anos de vida acadêmica, atuou como docente nas mais conceituadas instituições de seu país além de várias instituições estrangeiras, como as universidades de Harvard e Chicago e o Instituto Max Planck de Berlim. É consagrado doutor honoris causa das universidades Livre de Berlim (1989), Johann-Wolfgang-Goethe de Frankfurt (1996) e Atenas (1996). Além disso, dirigiu por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISIA (Comité Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos).

Seu projeto de sociologia crítica, e seu repúdio ao positivismo, alimentaram-se de diversas fontes entre as quais estabeleceu um diálogo crítico. Da sociologia de Émile Durkheim, veio-lhe a crítica epistemológica do condicionamento do mundo social, o que o conduziu ao neokantismo de Cassirer e a uma compreensão de estruturas sociais elaboradas em torno das noções de campo e habitus, as quais expressam uma conexão formalizada com os estudos weberianos da religião e da economia, bem como com a tradição marxista à medida que estas mesmas noções apresentam matizes e diferenciações de conceitos de capital e de poder. Desses passos metodológicos surgiu o conceito de poder simbólico com amplas repercussões na crítica sociológica da educação, da cultura e da constituição de estruturas de poder.

O que apresentamos neste artigo é um estudo de uma de suas principais obras, *O Poder Simbólico* (1973), tanto na medida em que apresenta uma caracterização metodológica dos passos de sua sociologia crítica como da constituição do conceito de poder simbólico. Este ponto ocupa toda a primeira parte do artigo, sendo que a segunda dedica-se a apresentar a crítica bourdieuriana do conceito de autonomia dos campos culturais, em particular o da arte moderna, com repercussões imediatas no campo da estética que é a área a que dedicamos nossa atividade e nossa tese de doutoramento em desenvolvimento no programa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP a partir de 2013.

A expressão “poder simbólico” foi cunhada para designar o que a tradição marxista designava como “ideologia”, ou seja,

o que se conhecia como a correspondência entre a dominação e os antagonismos de classe e as produções simbólicas de modo que, numa formação social determinada, as ideias dominantes fossem as ideias das classes dominantes. Essa correspondência seria de tal ordem que as produções

simbólicas seriam como que um “reflexo” dos antagonismos assentes nas relações entre as classes, no contexto de um modo de produção determinado, correspondente, por sua vez, a certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Como aponta Bourdieu¹, as funções políticas da ideologia eram acentuadas em detrimento de outras e da aparente autonomia dos produtores simbólicos, bem como da sua posição e interesses próprios no sistema dos antagonismos. As funções políticas eram, de modo geral, prover representações invertidas da natureza dos antagonismos, como se o capital concedesse ao trabalho oportunidade de participar da reprodução social em vez de ser ele próprio trabalho morto acumulado que dependesse de acumular mais-trabalho para sua valorização. Assim, a ideologia produzia representações eufemizadas e desmobilizadoras das lutas pela autodeterminação do trabalho.

Esta teoria apresentava, contudo, uma séria dificuldade do ponto de vista da ciência social: explicar a formação da ideologia na mecânica molecular dos “operadores práticos”, não podendo simplesmente confiar sua inteligibilidade, como aponta Bourdieu², à “teoria do reflexo”, isto, é, a uma obscura ação a distância. Que a história fosse considerada a história das lutas de classes era mais uma percepção construída nas próprias.

lutas e revoluções da modernidade capitalista do que uma proposição axiomática da ciência social. À medida que o jargão marxista tornou-se, ele próprio, instrumental às políticas de esquerda, seu poder de ruptura com a aparência social foi sendo imobilizado pelas necessidades de uniformização e coesão, daí, talvez, suas dificuldades teóricas e seu isolamento para com os métodos e instrumentos da ciência social. Do ponto de vista de uma ciência social, acrescentemos também, a crítica da economia política apresentava ainda outro sério problema, tendo sido construída com os instrumentos da filosofia hegeliana, os quais, transpostos para o terreno do conhecimento objetivo da sociedade, pretendiam superar, por artes da própria dialética, o hiato epistemológico aberto por Kant, entre as ideias da razão e os conceitos do entendimento, estes últimos, sim, operativos no conhecimento científico. A dialética do tempo histórico pretendia representar o percurso da razão, que se daria pelas costas dos homens, desde sua cisão e alienação até o retorno diferenciado e desenvolvido a si mesma, num movimento teleológico e necessário, cujas raízes na filosofia da subjetividade não estavam dentre o que Bourdieu subscrevia, muito pelo contrário³

Mas, como Bourdieu pretendeu tratar no âmbito da ciência social a sociedade antagonista e o “poder simbólico”? O estatuto da cientificidade está em causa⁴ no formato da distinção, construída por Ernst Cassirer, entre o conceito por abstração e o conceito relacional, este último característico

¹ BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, p.10.

² BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, p.61.

³ Ibidem, p.62.

⁴ BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, p.65.

da ciência moderna desde Galileu e desde a dúvida metódica cartesiana. Segundo este último autor, a dificuldade estaria em que a lógica aristotélica sobrevivera para muito além de sua metafísica, sem a qual, contudo, a primeira seria mesmo incompreensível. A doutrina do silogismo e do conceito por abstração, abstração de alguma característica comum ao grupo entitativo, falhava diante dos problemas postos pela teoria matemática do múltiplo fenomênico. A substância (ousía) era o substrato na sua coisidade fixa; ela era dada primeiramente e só então as variedades gramaticais e lógicas do Ser em geral encontravam seu ponto de ancoragem. A substância era a realidade absoluta do que indubitavelmente é real e se dá à cognição. As categorias aristotélicas de quantidade, qualidade, lugar e tempo não existiam por si mesmas, mas apenas enquanto propriedades de realidades absolutas. A categoria de relação, por seu turno, era forçada numa posição dependente e subordinada em face do papel da substância na metafísica. A categoria de relação não era independente do conceito de Ser e da imitação do divino que era congenial a ele; ela comparecia somente nas diferenciações suplementares e extras, como um princípio de ação das coisas entre si que se dava num plano secundário à posição hierárquica em face dos seres e do Ser, eixo real de sua diferenciação a partir da substância. A essência de cada coisa tornava-se inteligível enquanto um agrupamento maior ou menor de semelhantes na arquitetura hierárquica do sistema dos seres, enquanto toda relação horizontal permanecia não essencial e contingente.

O conceito, entendido na esfera da substância, em toda série de ocorrências de termos ou de exemplares particulares, isola a propriedade característica do agrupamento, de tal modo que quanto mais elevado ou geral, menor seu conteúdo de realidade ou sua capacidade de dar conta das particularidades; mesmo com Aristóteles, advertia Cassirer, só fazia sentido limitado ao âmbito da taxonomia biológica. Sua força, pelo contrário, residia na conexão entre a lógica e a metafísica, em que a mimese adquiria estatuto ontológico. O fundamento metafísico-teológico articulava seu poder remissivo através da participação dos seres, de algum modo, na perfeição do divino que, em sua plenitude, correspondia à cessação do movimento e era puro ato e pura forma. Em todos os gêneros entitativos, potência e ato, forma e matéria faziam sentir sua defasagem como grau relativo de perfeição. As diferenças entre gêneros e entre indivíduos requeriam, então, princípios de diferenciação e de individuação pelos quais, por exemplo, se pudesse pensar os homens como senhores ou escravos conforme sua natureza mesma.

O conceito por abstração dava-se na convergência entre a certeza do mundo e a pregnância de sentido. O preço a pagar era a impossibilidade da ruptura epistemológica, a qual só viria a ser com o advento da ciência moderna, com o paradoxo entre a certeza sensível imediata e a observação instrumentada. O conceito deixaria, assim, o pressuposto realista da substância e assumiria o caráter de função, a qual compreende os termos da série de ocorrências numa relação determinada entre as variáveis em jogo, a variação das quais, uma em função das outras, permite conhecer e determinar todos os termos da série no que tiverem de necessário, fora as

perturbações circunstanciais. Desse modo, quanto maior a generalidade do conceito, maior seu conteúdo e capacidade de determinar os casos empíricos particulares. Abriu-se, então, para a ciência a possibilidade de transcender a intuição sensível pelo desenvolvimento formal do conceito e pela experimentação indireta e instrumentada. Na física moderna, já não faz sentido perguntar o que seja, por exemplo, uma força, a qual só desempenha enquanto relação entre grandezas variáveis, como relação entre massa e aceleração ou como interação entre um campo e um corpo que lhe seja reativo. Dá-se uma forma de matematização da natureza completamente distinta daquela dos antigos pitagóricos que era circunscrita à contemplação. A ciência moderna, ativa, mostra-se na estrutura axiomática de base, que não se origina de observações de qualquer tipo, mas de estabelecer condições teóricas prévias que condicionem como compreender, observar e experimentar. Segundo Heidegger, este estabelecer condições teóricas prévias seria a própria essência da matemática, ou seja, forçar os entes a que se mostrem de um modo pré-determinado e de nenhum outro⁵.

A crítica de Cassirer à psicologia da cognição dos empiristas acusou que mantiveram-se na esfera lógica da substância, tendo transferido a seleção de propriedades comuns das coisas particulares para a série das representações como correlatos psíquicos das coisas. Por outro lado, comenta o autor apenas de passagem⁶, a teoria kantiana do juízo como tentativa de desfazer-se do realismo, ou seja, de compreender o conhecimento possível não na medida das supostas coisas em si, mas na medida das formas do espaço e do tempo e das categorias. O leitor deveria supor, a essa altura, que pesava contra essa teoria sua ancoragem psicológica nas faculdades da razão.

Não surpreende, portanto, que a ruptura da unidade do mundo, entre aparência e realidade construída pelo conceito, ou seja, a dúvida metódica como procedimento da ciência, que é a meta declarada da sociologia de Bourdieu⁷, tenha o poder simbólico como objeto prioritário a construir/desconstruir e a acusar como esfera de aparências eufemísticas e domesticadoras dos conflitos. Esta ruptura com o pré-construído do senso comum, vulgar ou douto, requer que se faça, então, algo muito difícil nas ciências do homem e no pensamento, que é desfazer-se da substância e passar ao pensamento relacional. Assim, podemos concluir, a persistência do realismo do dado, do pré-construído, nas ciências sociais, na contramão do que se dá nas ciências físicas, explicar-se-ia pelo caráter naturalizador e coisificante da própria ideologia, a qual precisa representar a realidade na fixidez da substância. Com efeito, podemos especular se, nas ciências físicas, a tecnologia talvez seja a mais poderosa conexão com os interesses das classes e com a lógica do capital, o que talvez torne esse campo, sem embargo dos interesses específicos de seus

⁵ HEIDEGGER, MARTIN. *Modern science, metaphysics and mathematics*. In *Basic Writings*. San Francisco : Harper Collins, 1993.

⁶ CASSIRER, ERNST. *Substance and Function*. Chicago : Dover Publications, 1953.

⁷ BOURDIEU, PIERRE. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, p.34.

especialistas, mais permeável e tolerante às rupturas com o conformismo acadêmico, algo provavelmente sem equivalente nas ciências sociais.

O Campo do Poder Simbólico

Feitas estas considerações gerais, podemos seguir os passos com que Bourdieu constrói o conceito de “poder simbólico” ao estabelecer suas condições teóricas prévias. Que a sociedade, pelo menos a sociedade capitalista moderna, seja um complexo de conflitos e antagonismos, que se mostra ao nível molecular como luta de todos contra todos é um axioma, uma evidência por si mesma. O fato de que o poder, em todas as formas visíveis e invisíveis, tenha se tornado um pressuposto até mesmo onde outrora nem se o percebia, seria uma indicação derivada. O axioma se desdobra na invisibilidade do poder simbólico, por ser exercido com a cumplicidade e a aceitação que o naturalizam. A relação do poder, ativo sobre todas as partículas individuais que não lhe são indiferentes, estabelece a analogia com os campos de força da física; o campo de força simbólico terá, analogamente, um sistema simbólico que imanta o tecido do espaço social dos antagonismos e os indivíduos lhe serão reativos por força de sua disposição, o habitus.

Os sistemas simbólicos são enunciados como o que a tradição marxista conhecia como superestruturas ideológicas ou simbólicas. O termo não é, contudo, uma novidade arbitrária, mas demarca uma construção de conceitos que se pretende condizente com o estatuto científico da sociologia. Que os sistemas simbólicos estejam envolvidos na relação necessária entre o campo e as partículas sociais, na imantação do espaço social, significa que sejam estruturas estruturantes, que sejam o padrão apriorístico do sentido, do correto e do incorreto, do falso e do verdadeiro. A tradição neokantiana, em Cassirer, tratava os sistemas simbólicos como “formas simbólicas”, como condições a priori do conhecimento e da construção do mundo, mas de um modo a salientar o aspecto ativo na produção do conhecimento. Panofsky⁸ fizera da perspectiva uma “forma histórica”, ainda que não tivesse avançado até a investigação de suas “condições sociais” de possibilidade. A “sociologia das formas simbólicas” de Durkheim fizera das “formas de classificação” não mais condições transcendentais do conhecimento possível, mas formas sociais. A objetividade do mundo acabou, assim, por definir-se como acordo entre subjetividades estruturadas. Bourdieu concluiu esta série de deslocamentos ao substituir a estrutura universal da natureza humana por “estruturas estruturadas” sociais e históricas como o campo próprio do simbolismo. A análise estrutural também é conservada no deslocamento, como a análise da estrutura imanente a cada produção simbólica, análise em que o foco desloca-se para o sistema estruturado que condiciona a inteligibilidade das produções, ou seja, da atividade ao opus operatum. Com todas estas ressalvas, o poder simbólico aparece como um poder de construção da realidade, poder de estabelecer uma ordem gnoseológica, como o “conformismo lógico” de

⁸ BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010, p.61.

Durkheim, ou uma “concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências”⁹. Ocorre inclusive uma inversão da autonomia das esferas do saber kantiana, pois a integração lógica torna-se condição da integração moral. Bourdieu pretendia evitar a unilateralidade com que as relações de força são reduzidas a relações de comunicação e as relações de comunicação a relações de força.

Bourdieu chama de primeira e a segunda sínteses, respectivamente, a que caracteriza as produções simbólicas como instrumento de dominação e a que caracteriza as funções políticas de dominação e legitimação dos sistemas simbólicos na medida mesma em que são estruturas estruturadas de comunicação e de conhecimento, as quais eliminam o pressuposto obscuro de uma ação à distância de mão única da estrutura das classes para as representações ideológicas, sem dissolver os antagonismos num relativismo ou num sistema de interações indiferentes. Em suma, nas entrelinhas do texto, delinea-se uma relação entre estrutura de classes e superestrutura, em que a hierarquia seja necessária à reprodução social, porque esta depende de que haja alguma ordem ou regra estruturada na atividade humana (ou jogo de linguagem), e, por seu turno, a hierarquia reproduz a si mesma como se, enquanto aparência, detivesse um mandato vindo do além. A regra reproduz a si mesma na medida em que a reprodução social requer que haja a regra, mas uma vez adotada não podemos dispor dela a nosso bel prazer, muito pelo contrário; suas imposições tornam-se tão necessárias quanto, por exemplo, a evaporação da água sob o calor do sol.

O campo de forças simbólico torna-se, enfim, o campo de lutas pela definição do mundo, campo de lutas por definir a ordem gnoseológica, no qual se afirma o poder de impor e inculcar os instrumentos de conhecimento e expressão. A classe dominante é, então, retirada da esfera conceitual da substância, e apresentada como o lugar da luta pelos princípios de hierarquização, ou de constituição da realidade. Há, portanto, uma homologia entre o campo das classes na reprodução social e o campo da produção simbólica, pois nenhuma das classes pode, a seu bel prazer, pôr-se fora do sistema da reprodução social, pelo quê todas lutam por seus interesses no interior desse sistema. Na medida dessa homologia, os produtores simbólicos servem aos grupos e classes dominantes na produção social ao servir a seus próprios interesses internos ao campo simbólico. A especificidade social desse grupo corresponde à mecânica própria dos operadores práticos da produção simbólica, o que permite compreender a ideologia para além da obscura ação a distância; os intelectuais conservadores, por seu turno, prestam ao poder um serviço apenas suplementar. Artistas, intelectuais e letrados, independentemente de suas posições políticas e ideológicas, acrescentemos, tendem a colocar o seu capital específico no topo dos princípios de hierarquização, e a lutar pela legitimação de seu monopólio sobre a produção

⁹ Ibidem, p. 8.

simbólica, e nessa medida prestam um serviço oculto e dissimulado à hierarquia da produção social. Assim a ideologia surge, afinal, como duplamente determinada, pelos interesses das classes, sem dúvida, mas também pelos interesses específicos dos especialistas. A sociologia pode, então, propor-se a superar a alternativa entre modelos explicativos baseados em relações de força e aqueles baseados em relações de comunicação, mas somente se for capaz de formular as leis de transformação das diferentes formas de capital em poder simbólico, bem como aquelas que regem o trabalho de dissimulação, transfiguração e eufemização que faz ignorar/reconhecer a violência simbólica, a qual converte força em poder simbólico que produz efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

O conceito de habitus

A noção de habitus provém da tradição da ética aristotélica posteriormente reelaborada pela escolástica. Com efeito, o termo latino habitus é a tradução do termo grego héxis, significando originariamente disposição incorporada à ação virtuosa, através da imitação da ação virtuosa, ou seja, na constituição da “sabedoria prática”. Bourdieu retomou essa noção à medida que permitiu-lhe deixar a esfera da filosofia da subjetividade “sem anular o agente na sua verdade de operador prático da construção de objetos” e sem fazer dele apenas suporte da estrutura. Em correspondência à noção de campo de forças, o habitus designa a disposição molecular “enquanto um conhecimento adquirido e um haver, enquanto um capital e uma disposição incorporada, quase postural”¹⁰, e resgata o lado ativo do saber prático que a tradição materialista, sobretudo com a “teoria do reflexo”, havia abandonado. Sem embargo dos precedentes filosóficos e sociológicos da noção, ela desempenha de modo peculiar com Bourdieu em face de sua contraparte que é o conceito de campo, pelo quê a alternativa excludente entre disposições cognitivas e posições de força é superada.

O Conceito de Campo

No estudo das produções simbólicas, a noção de campo permitiu a Bourdieu deixar a alternativa entre “interpretação interna e explicação externa”, ou seja, entre a interpretação cúmplice da reivindicação de autonomia das produções simbólicas, e a explicação grosseira por relações não mediadas às formas sociais. As duas operações ignorariam os “campos de produção simbólica” como espaço social regido por relações objetivas. Em vez disso, o “pensamento relacional” em

¹⁰ BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.62.

ciências sociais estaria a exigir a superação do campo como “universo relativamente autônomo de relações específicas” pelo qual se disfarçavam as relações entre as posições objetivas ocupadas pelos agentes. Assim, a análise social das produções no campo literário, por exemplo, estaria a pedir que se pensasse as relações, inclusive contratuais, entre os autores e entre estes e os editores, bem como outros atores presentes no circuito.

Bourdieu exigia das explicações baseadas nessas relações objetivas que dessem conta das interações que Max Weber, por exemplo, apresentava como uma “tipologia realista” (ou substancialista) através de sua analogia entre o campo da economia e o campo religioso. Para nosso autor, a hipótese de que houvesse homologias estruturais e funcionais entre todos os campos “teria eficácia heurística mais do que meramente persuasiva”. Haveria que distinguir as propriedades específicas a cada campo (alta costura, literatura, filosofia, política, etc.) bem como os invariantes revelados pela comparação entre universos tratados como “casos particulares do possível”. Cada nova e específica aplicação deste método seria o caminho para que ganhasse em generalidade e em formalização, um passo a passo que mediará entre os “axiomas e a formulação das leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos”. Dar-se-ia um percurso não em direção ao menor conteúdo do conceito, mas em direção à amplitude e à formalização do conceito. Como exemplo desse tipo de pesquisa, Bourdieu apresenta o caso da alta costura, que mostra algumas propriedades gerais dos campos culturais, como a lógica mágica da produção do produtor e do produto como feitiço, mas num meio frívolo e de legitimidade estabelecida, em que, sobre o aspecto econômico do campo, pesa uma censura muito menos viva, uma vez que isento da sublimidade dos campos das grandes artes.

Esta teoria geral dos campos nada teria de uma transferência mais ou menos repensada do modo do pensamento econômico. Isto é o que poderia levar a crer a transferência por Weber de conceitos econômicos ao estudo da religião. A teoria econômica é que deveria ser pensada, em vez de modelo fundador, como um caso particular da teoria dos campos, a qual se constrói pouco a pouco, de generalização em generalização, o que permitiria compreender a validade das transferências de Max Weber que não haviam sido teoricamente justificadas de saída. A “teoria geral da economia dos campos” permitiria descrever e definir a forma específica que os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho) adquirem em cada campo. Aqui, contudo, cabe uma indagação: estaríamos com essa “teoria geral dos campos” superando os pressupostos do marxismo clássico que estabelece a prioridade do econômico ou da reprodução material da vida?

Referências bibliográficas

ADORNO, THEODOR. Teoria estética. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

BOURDIEU, PIERRE. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010.

CASSIRER, ERNST. Substance and Function. Chicago : Dover Publications, 1953.

HEIDEGGER, MARTIN. On the essence of ground. In: Pathmarks. Cambridge : Cambridge University Press, 1998.

HEIDEGGER, MARTIN. Modern science, metaphysics and mathematics. In Basic Writings. San Francisco : Harper Collins, 1993.